



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA 004/2023

Unidade auditada: Conselho Superior

Área: Transparência

Objeto da auditoria: Transparência no relacionamento com a FAIFSul

Período: 18/10/2023 a 18/01/2024

Serviço de auditoria: ID 4

Ordem de Serviço: 004/2023

Memorando(s) emitido(s): Mem.IF-UAIG/N.73/2023, IF-UAIG/N.75/2023

Memorando(s) recebido(s): Mem.IF-REIT/N.49/2023

Processo: 23163.004010.2023-51

Solicitações de Auditoria: 004/2023 (Processo n. 23163.4038.2023-99)

1 INTRODUÇÃO

A presente auditoria teve como objeto a transparência no relacionamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) com a Fundação Ennio de Jesus Pinheiro Amaral de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (FAIFSul).

A unidade auditada foi o Conselho Superior do IFSul (CONSUP), nos termos do que dispõe o Regulamento sobre a relação do IFSul com a FAIFSul (Resolução CONSUP n. 13/2015).

Esse trabalho atende demanda do TCU consignada no Acórdão n. 1.178/2018-TCU-Plenário (item 9.4), no que diz respeito à instrução pelas Instituições Federais de Ensino Superior

(IFES) e os Institutos Federais (IF) das fundações de apoio com as quais tenha relacionamento estabelecido a observarem os requisitos relativos à transparência, aos quais se submetem aquelas entidades por dever de observar o princípio da publicidade por expressa disposição de lei. Por oportuno, destaca-se que o presente trabalho complementa o desenvolvido em 2021¹ em atendimento ao item 9.5 do referido acórdão, conforme redação que segue:

9.5. determinar ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, com fundamento no art. 74, II, da Constituição Federal, que oriente as auditorias internas das IFES e IF a:

9.5.1 incluírem em seus planos anuais de atividades, por pelo menos quatro exercícios, trabalhos específicos para verificar:

9.5.1.1. cumprimento pela própria IFES ou IF dos requisitos relativos à transparência nos relacionamentos com fundações de apoio referidos acima; e

9.5.1.2. cumprimento pelas fundações de apoio credenciadas ou autorizadas pela IFES/IF dos requisitos relativos à transparência citados acima.

1.1 Objetivos

O objetivo geral definido no Programa de Auditoria arquivado junto aos papéis de trabalho foi o de avaliar o cumprimento, pela FAIFSul, dos requisitos relativos à transparência na relação com o IFSul, assim como a gestão do IFSul em relação ao cumprimento desses requisitos pela Fundação.

1.1.2 Objetivos Específicos

Em consonância com o PAINT/2023, aprovado pela Resolução n. 193/2022 do Conselho Superior, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

1. avaliar a observância, pela gestão do IFSul, do dever de instruir as fundações de apoio ao IFSul com as quais tenha relacionamento estabelecido a observarem os requisitos relativos à transparência;

2. avaliar a observância, pela Fundação de Apoio ao IFSul, dos requisitos relativos à transparência, devendo atender as seguintes exigências relacionadas à divulgação de informações em seus sítios na Internet:

2.1 quanto à obrigação de ofertar os seguintes recursos:

2.1.1 seção de respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;

¹ Relatório de Auditoria Definitivo n. 007/2021, que objetivou avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação e a suficiência dos controles internos administrativos quanto à transparência no relacionamento do IFSul com sua fundação de apoio, constante do endereço eletrônico <https://www.ifsul.edu.br/documentos-audin/auditorias>.

2.1.2 acessibilidade a todos os interessados e facilidade de uso, independentemente de exigência de senha, cadastramento prévio ou requerimento;

2.1.3 gravação de relatórios, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

2.1.4 ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

2.1.5 adoção de medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

2.2 quanto à divulgação dos projetos executados, agentes que participam nesses, dos convênios, contratos e demais ajustes celebrados, dos registros das despesas e das seleções públicas e contratações diretas (licitações e contratos), a adoção dos seguintes parâmetros:

2.2.1 disponibilização dessas informações na forma de relações, listas ou planilhas que contemplem a totalidade dos projetos, agentes, ajustes, despesas e seleções públicas, atendendo aos princípios da completude, da granularidade e da interoperabilidade;

2.2.2 possibilidade de filtrar, inclusive mediante pesquisa textual, de ordenar e de totalizar as relações por diversos parâmetros, como, por exemplo, por instituição apoiada, por origem do recurso, por projeto, por finalidade, por unidade acadêmica/administrativa, por coordenador, por agente, por fornecedor, por período;

2.2.3 possibilidade de gravação de relatórios a partir da lista ou relação, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

2.2.4 atualização tempestiva das informações disponibilizadas em seus *sites*;

2.3 divulgação de todos os projetos de todas as instituições apoiadas e de forma a permitir o acompanhamento concomitante da execução físico-financeira de cada um;

2.4 disponibilização dos registros das despesas realizadas com recursos públicos, abrangendo não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados, mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais da IFES/IF, contemplando todos os projetos de todas as instituições apoiadas, detalhando as informações de forma suficiente a caracterizar cada pagamento, seu beneficiário, o projeto a que se refere, a natureza da despesa e a identificação da seleção pública que a respaldou;

2.5 divulgação de informações sobre os agentes participantes dos projetos executados pela fundação de apoio, atendendo os seguintes requisitos:

2.5.1 identificação do agente (nome, CPF, matrícula, tipo de vínculo);

- 2.5.2 especificação por projeto (projeto, fundação de apoio, unidade acadêmica/administrativa, forma de seleção realizada, ato que autorizou a participação, carga horária semanal no projeto);
- 2.5.3 detalhamento de pagamentos recebidos (mês de competência referente ao pagamento, valores pagos, natureza do pagamento);
- 2.6 publicação das principais informações sobre as seleções públicas e contratações diretas para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, contemplando dados sobre o certame (modalidade, descrição do objeto, projeto a que se refere, valor máximo aceitável, data de abertura) e sobre o contrato (objeto, razão social do contratado, CNPJ, valor contratado, datas de vigência);
- 2.7 acesso à íntegra dos processos de seleção pública e contratação direta para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, bem como as respectivos contratos e aditivos;
- 2.8 acesso a íntegra das prestações de contas dos instrumentos contratuais firmados com respaldo na Lei 8.958/1994 (art. 4º-A, V), contemplando demonstrativos de receitas e despesas, cópia dos documentos fiscais da fundação de apoio, relação de pagamentos discriminando, no caso de pagamentos, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação;
- 2.9 divulgação de informações institucionais e organizacionais que explicitem as regras e condições sobre o seu relacionamento com as instituições apoiadas, em especial:
- 2.9.1 ata de deliberação do colegiado da instituição apoiada, concordando com o registro e credenciamento;
- 2.9.2 norma aprovada pelo colegiado da instituição apoiada que disciplina o relacionamento com a fundação;
- 2.9.3 portaria de credenciamento;
- 2.9.4 atas dos órgãos da fundação de apoio, comprovando a composição dos órgãos dirigentes da entidade;
- 2.9.5 demais atas, resoluções, ou deliberações dos órgãos colegiados da;
- 2.9.6 normas internas editadas pela fundação;
- 2.9.7 regras instituídas pela fundação aplicáveis às contratações que não envolvam recursos públicos;
- 2.9.8 estatuto social atualizado e aprovado pelo Ministério Público;
- 2.10 publicação de metas propostas e indicadores de resultado e impacto, que permitem avaliar a gestão do conjunto de projetos e não de cada um individualmente;
- 2.11 divulgação dos relatórios de gestão anuais;
- 2.12 disponibilização dos relatórios das avaliações de desempenho, exigidas para instrução do pedido de renovação de registro e credenciamento, baseadas em indicadores e parâmetros

objetivos, demonstrando os ganhos de eficiência obtidos na gestão de projetos realizados com a colaboração da fundação;

2.13 acesso a íntegra das demonstrações contábeis;

2.14 publicação dos relatórios das fiscalizações, auditorias, inspeções e avaliações de desempenho a que se tenha submetido e das avaliações de desempenho a que se submetam;

2.15 criação de sistemática de classificação da informação quanto ao grau e aos prazos de sigilo;

2.16 designação de responsável por assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação.

1.2 Escopo

Os exames de auditoria nesse trabalho delimitaram-se em avaliar questões relativas ao cumprimento pelas fundações de apoio credenciadas ou autorizadas pela IFES/IF dos requisitos relativos à transparência.

2 HISTÓRICO E ANÁLISE

Antecede o presente trabalho a Nota de Auditoria n. 001/2021, exarada no decorrer dos trabalhos de auditoria que tratou da transparência na relação do IFSul com a FAIFSul (Relatório de Auditoria Definitivo n. 007/2021), a qual alertou para o descumprimento, por parte da fundação de apoio, da legislação e dos normativos que regulam as questões de transparência², inclusive apontou a inexistência de sítio eletrônico da FAIFSul e recomendou providências, pelo Senhor Reitor, no sentido de determinar: ao presidente da FAIFSul, por intermédio de ofício ou outro instrumento adequado, a tomada de providências a fim de sanar a situação em relação as evidências apresentadas; e, por intermédio de portaria de pessoal ou outro instrumento adequado, designar responsável por assegurar o acompanhamento da implementação das providências necessárias ao cumprimento da legislação que rege os critérios de transparência por parte da FAIFSul. Além de, solicitar que apresentasse à Unidade de Auditoria Interna Governamental todas as ações realizadas para atender às recomendações desta nota de auditoria, para fins de seu futuro monitoramento, indicando, também, o responsável por apresentar manifestações nesse sentido.

É de se referir que, muito embora a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) não tenha recebido retorno quanto à recomendação de determinar ao presidente da FAIFSul, por

² Lei n. 8.958/1994; Lei 12.527/2011; Decreto n. 7.724/2012; Regulamento da relação do IFSul com a FAIFSul e Acórdão n. 1178/2018-TCU-Plenário.

intermédio de ofício ou outro instrumento adequado, a tomada de providências a fim de sanar a situação em relação as evidências apresentadas, foi possível verificar que a partir da nota de auditoria foi criado sítio eletrônico da FAIFSul (<https://site.faifsul.org/index.php/pt/>) e realizada a nomeação da vice-reitora como responsável pelo acompanhamento das recomendações definidas pela Unidade de Auditoria Interna Governamental relacionadas à FAIFSul (Portaria n.º 1057/2022).

Os trabalhos de auditoria do presente serviço foram iniciados em 18 de outubro de 2023, com a emissão da Ordem de Serviço (OS) n. 004/2023.

Inicialmente, em 14 de novembro de 2023, através do Mem. IF- UAIG/N.º 75/2023, comunicou-se o início dos trabalhos do serviço de auditoria ao Presidente do Conselho Superior e destacou-se: o teor da Nota de Auditoria - UAIG n. 001/2021; o teor da Portaria n.º 1057/2022, na qual o Senhor Reitor designou responsável por acompanhar a implantação das recomendações contidas na Nota de Auditoria - UAIG n. 001/2021; e a ausência de informações à UAIG das ações realizadas para atender às recomendações da referida nota de auditoria. Por fim, foi solicitado-se indicar, se julgado necessário, responsável pela prestação de informações e pelo acompanhamento dos procedimentos do serviço de auditoria, inclusive quanto ao acompanhamento da implementação das providências necessárias ao cumprimento da legislação que rege os critérios de transparência por parte da FAIFSul quando do monitoramento das recomendações exaradas em relatório. Em resposta, foi indicada a Pró-reitora de Extensão e Cultura para o acompanhamento do serviço de auditoria, a qual também exerce as atribuições de Presidente do Conselho Curador da Fundação de Apoio ao IFSul.

Na sequência, em 17 de novembro de 2023, realizou-se a reunião de abertura dos trabalhos, com a presença do Reitor do IFSul, enquanto presidente do Conselho Superior, da Vice-reitora, da Pró-reitora de Extensão e Cultura, designada pelo presidente do Conselho Superior como responsável pela prestação de informações e pelo acompanhamento dos procedimentos do serviço de auditoria e das auditoras Glaucia e Viviane. Nessa ocasião, foram apresentados a Ordem de Serviço, o Programa de Auditoria, contendo o escopo do trabalho, os objetivos gerais e específicos e a matriz de planejamento e, na continuidade, encaminhado o Mem. IF- UAIG/N.º 75/2023, o qual informa do encaminhamento, através do processo eletrônico n. 23163.004038.2023-99, da Solicitação de Auditoria (SA) n. 004/2023, na qual foi solicitada a colaboração da unidade auditada no fornecimento de informações e documentos relativos ao serviço de auditoria.

Ato contínuo, a UAIG recebeu, por meio do referido processo eletrônico que encaminhou a SA, as respostas da unidade auditada no prazo estabelecido na SA n. 004/2023.

A metodologia utilizada encontra-se detalhada no Programa de Auditoria e consistiu, basicamente, em indagação escrita e oral, análise documental e circularização de informações.

Com base nas evidências coletadas, buscou-se responder às questões de auditoria propostas, que correspondem aos objetivos específicos, apresentando-se a seguir as conclusões relativas a cada questionamento e, posteriormente, as constatações (achados de auditoria).

2.1 QUESTÃO 1 - observância, pela gestão do IFSul, do dever de instruir as fundações de apoio ao IFSul com as quais tenha relacionamento estabelecido a observarem os requisitos relativos à transparência

Inicialmente, solicitou-se que fosse informado como ocorre a observância, pela gestão do IFSul, do dever de instruir as fundações de apoio ao IFSul com as quais tenha relacionamento estabelecido a observarem os requisitos relativos à transparência. Em resposta, a unidade auditada se manifestou conforme segue:

Não há definição de competência regimental com responsabilidade de instruir a FAIFSUL neste requisito de transparência. (*sic*)

Embora a unidade tenha indicado que não há definição de competência regimental com tal responsabilidade, consta do Regulamento das Relações do Instituto Federal Sul-rio-grandense de Educação, Ciência e Tecnologia e Fundação Ennio de Jesus Pinheiro Amaral, aprovado pela Resolução 87/2013 do Conselho Superior que:

Art. 30. Na execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados nos termos deste regulamento, envolvendo a aplicação de recursos públicos, a FAIFSul submeter-se-á ao controle de gestão do órgão colegiado superior do IFSul.

Art. 31. Na execução do controle de gestão de que trata o art. 30, o órgão colegiado superior do IFSul deverá:

(...)

V - tornar públicas as informações sobre sua relação com a FAIFSul, explicitando suas regras e condições, bem como a sistemática de aprovação de projetos, além dos dados sobre os projetos em andamento, tais como valores das remunerações pagas e seus beneficiários.

Cabe destacar que a redação do regulamento segue o que dispõe o art. 12º do Decreto n. 7.423/2010, que regulamenta a Lei n. 8.958/1994, onde prevê que:

Art. 12. Na execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados nos termos da Lei nº 8.958, de 1994, e deste Decreto, envolvendo a aplicação de recursos públicos, as fundações de apoio submeter-se-ão ao controle finalístico e de gestão do órgão colegiado superior da instituição apoiada.

Nesse sentido, temos atribuída ao Conselho Superior a competência do controle de gestão na execução, pela FAIFSul, de contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados e assim, entende-

se estar contemplada a atribuição de instruir a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência.

2.2 QUESTÃO 2 - exigências relacionadas à divulgação de informações em seus sítios na Internet

No que concerne ao atendimento dos requisitos gerais quanto aos atributos do *site* da fundação de apoio, quanto à obrigatoriedade de ofertar os recursos de: seção de respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (Lei 12.527/2011, art. 8º, §1º, VI); acessibilidade a todos os interessados e facilidade de uso, independentemente de exigência de senha, cadastramento prévio ou requerimento (Lei 12.965/14, art. 25, II e IV; Decreto 7.724/2012, art. 7º); gravação de relatórios, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações (Lei 12.527/2011, art. 8º, §3º, III); ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão (Lei 12.527/2011, art. 8º, §3º, I) e adoção de medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (Lei 12.527/2011, art. 8º, §3º, VII), foi solicitado informar sobre a observância dos requisitos de transparência quanto à disponibilização desses recursos.

Como resposta ao questionado, a unidade auditada informou que a fundação de apoio atende aos requisitos e apresentou os *links* de acesso para os quatro primeiros questionamentos e indicou não observar apenas o recurso de acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

Contudo, pela circularização das informações contidas na resposta à SA e o conteúdo disponibilizado no *site*, verificou-se, no que se refere ao recurso de seção de respostas a perguntas mais frequentes da sociedade, que o *link* indicado <https://site.faijsul.org/index.php/pt/contato> remete à página de contato da FAIFSul, onde não constam as respostas às perguntas mais frequentes. Dessa forma, não se verifica, nem no *link* indicado nem em busca ao *site*, recurso de acesso contendo as respostas às perguntas mais frequentes da sociedade. E, quanto ao recurso de gravação de relatórios, embora tenha sido apresentado indicativo de atendimento e o *link* de acesso, também não foi possível identificar a disponibilidade de tal recurso.

Dessa forma, identifica-se fragilidades quanto aos atributos do *site*, que consistem em não constar seção de respostas a perguntas mais frequentes da sociedade, recurso de gravação de relatórios e acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência dificultando, dessa forma, o controle social.

2.3 QUESTÃO 3 - quanto à divulgação dos projetos executados, agentes que participam nesses, dos convênios, contratos e demais ajustes celebrados, dos registros das despesas e das seleções públicas e contratações diretas (licitações e contratos)

Quanto à divulgação dos projetos executados, agentes que participam nesses, dos convênios, contratos e demais ajustes celebrados, dos registros das despesas e das seleções públicas e contratações diretas (licitações e contratos), a adoção dos seguintes parâmetros: disponibilização dessas informações na forma de relações, listas ou planilhas (Lei 12.527/2011, art. 4º, VI, art. 7º, IV, art. 8º, §3º, II, III e IV; Decreto 8.777/15, art. 3º, V); possibilidade de filtrar (Lei 12.527/2011, art. 8º, §3º, I; Lei 12.965/14, art. 25, IV); possibilidade de gravação de relatórios a partir da lista ou relação (Lei 12.527/2011, art. 8º, §3º, III); atualização tempestiva das informações disponibilizadas em seus *sites* (Lei 12.527/2011, art. 8º, §3º, VI), a unidade indicou não adotar apenas o parâmetro correspondente à possibilidade de filtrar, inclusive mediante pesquisa textual, de ordenar e de totalizar as relações por diversos parâmetros. Indicando para os outros parâmetros questionados o *link* <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>.

Contudo, ao se verificar o conteúdo do *site*, indicado na resposta à SA, têm-se uma relação de 9 (nove) convênios com o IFSul, onde são informados o n. do convênio, nome do projeto, valor do projeto, instituição, assinatura (data), vigência (data) e *link* (Transfere Gov³). Cabe destacar que apenas um dos convênios constantes das informações do *site* apresenta-se vigente na data da consulta pela UAIG. Ademais, o *link* indicado no *site* da fundação de apoio direciona ao *site* geral da plataforma Transfere gov.br, Módulo de Transferências Discricionárias e Legais, que, embora possibilite o acesso livre, requer conhecimento e informações que dificultam o acesso do cidadão aos projetos executados pela Fundação de Apoio ao IFSul.

Cabe destacar, ainda, que, em consulta realizada em 12 de dezembro de 2023, através da plataforma Transfere gov.br, foi possível acessar os convênios vigentes da FAIFSul, enquanto proponente, os quais totalizaram 46 convênios⁴. Deste total, 26 encontram-se vigentes e 4 dos 20 com vigência já encerrada encerraram sua vigência em 2023.

Evidencia-se, dessa forma, fragilidades nas informações divulgadas no *site* da fundação de apoio, ao passo que não são observados os parâmetros relativos à divulgação dos projetos executados, dos agentes participantes, dos convênios, dos contratos e demais ajustes celebrados, dos registros das despesas e das seleções públicas e contratações diretas (licitações e contratos),

³ <https://idp.transferegov.sistema.gov.br/idp/>

⁴ Os arquivos extraídos junto à plataforma Tranfere gov.br e as cópias de tela de consulta encontram-se arquivados junto aos papéis de trabalho do serviço de auditoria.

quanto à: disponibilização dessas informações na forma de relações, listas ou planilhas que contemplem a totalidade dos projetos, agentes, ajustes, despesas e seleções públicas, atendendo aos princípios da completude, da granularidade e da interoperabilidade; possibilidade de filtrar, inclusive mediante pesquisa textual, de ordenar e de totalizar as relações por diversos parâmetros, como, por exemplo, por instituição apoiada, por origem do recurso, por projeto, por finalidade, por unidade acadêmica/administrativa, por coordenador, por agente, por fornecedor, por período; possibilidade de gravação de relatórios a partir da lista ou relação, em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações; e atualização tempestiva das informações disponibilizadas em seus *sites*.

2.4 QUESTÃO 4 - divulgação de todos os projetos de todas as instituições apoiadas e de forma a permitir o acompanhamento concomitante da execução físico-financeira de cada um

Na sequência, considerando o disposto no art. 11, §1º do Decreto 7.423/2010, no art. 7º, VII, 'a' e art. 8º, §1º, V da Lei n. 12.527/2011 e no art. 4ºA, II da Lei n. 8.958/1994, verificou-se se a fundação de apoio realiza a divulgação de todos os projetos de todas as instituições apoiadas e de forma a permitir o acompanhamento concomitante da execução físico-financeira de cada um. Em resposta, a unidade auditada informou que realiza a divulgação no endereço eletrônico <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>.

No entanto, na consulta ao endereço indicado, não se verifica a divulgação de todos os projetos de todas as instituições apoiadas. Como destacado na questão anterior, a Fundação de Apoio ao IFSul possui cadastrado na plataforma Transfere gov.br 46 convênios (sendo 26 convênios vigentes) e em seu *site* constam apenas 9 (sendo um convênio vigente). Não sendo possível, pelo *site* da FAIFSul, o acompanhamento de todos os projetos de todas as instituições apoiadas de forma a permitir o acompanhamento concomitante.

2.5 QUESTÃO 5 - disponibilização dos registros das despesas realizadas com recursos públicos

No que compete à disponibilização dos registros das despesas realizadas com recursos públicos, abrangendo não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados, mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais da IFES/IF, contemplando todos os projetos de todas as instituições apoiadas, detalhando as informações de forma suficiente a caracterizar cada pagamento, seu beneficiário, o projeto a que se refere, a natureza da despesa e a identificação da seleção pública que a respaldou, prevista nos

termos do Acórdão n. 2.731/2008-TCU-Plenário; das Lei n. 12.527/2011, art. 8º, §1º e §2º e da Lei n. 8.958/1994, art. 4º-A, III e IV, a unidade auditada indica que a fundação de apoio disponibiliza em seu *site*, no *link* <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>, as despesas realizadas com recursos públicos.

Contudo, conforme já exposto no presente relatório, o conteúdo constante do endereço eletrônico informado não contempla a totalidade dos projetos executados. Ainda, não publiciza o registro das despesas realizadas com recursos públicos, contemplando todos os projetos de todas as instituições apoiadas, detalhando as informações de forma suficiente a caracterizar cada pagamento, seu beneficiário, o projeto a que se refere, a natureza da despesa e a identificação da seleção pública que a respaldou.

2.6 QUESTÃO 6 - divulgação de informações sobre os agentes participantes dos projetos executados pela fundação de apoio.

Em relação à presente questão, considerando o estabelecido na Lei n. 8.958/1994, art. 4º-A, II, III e IV, solicitou-se informar se a FAIFSul divulga as informações sobre os agentes participantes dos projetos executados pela fundação de apoio, atendendo os seguintes requisitos: identificação do agente (de modo a não descumprir a LGPD); especificação por projeto (projeto, fundação de apoio, unidade acadêmica/administrativa, forma de seleção realizada, ato que autorizou a participação, carga horária semanal no projeto); detalhamento de pagamentos recebidos (mês de competência referente ao pagamento, valores pagos, natureza do pagamento). Em resposta, a unidade auditada informou que atende ao questionado no endereço eletrônico <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>.

Em que pese a unidade auditada afirmar que a FAIFSul divulga as informações anteriormente elencadas, não foi possível verificar as informações dos agentes participantes dos projetos executados de acordo com os requisitos elencados na questão.

2.7 QUESTÃO 7 - publicação das principais informações sobre as seleções públicas e contratações diretas para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços

Considerando o que estabelece a Lei n. 12.527/2011, art. 8º, §1º, IV, quanto à publicação das principais informações sobre as seleções públicas e contratações diretas para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, contemplando dados sobre o certame (modalidade, descrição do objeto, projeto a que se refere, valor máximo aceitável, data de abertura) e sobre o contrato (objeto, razão social do contratado, CNPJ, valor contratado, datas de vigência), a unidade

respondeu que a fundação de apoio atende ao questionado e indicou os *links* para acesso: <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia> e <https://site.faifsul.org/index.php/pt/>.

Em consulta ao *site* da fundação de apoio, nos *links* mencionados, temos as fragilidades já indicadas, no que se refere à constar a não totalidade dos projetos executados e as dificuldades de acesso à plataforma Transfere gov.br pelos *links* indicados nos projetos constantes da relação do *site* da FAIFSul.

Cabe mencionar que, na aba referente à editais, constam os editais de seleção/contratação dos projetos executados. Contudo, não se verifica informações quanto ao contrato ou procedimento posterior ao edital.

Dessa forma, verifica-se fragilidades no que se refere à publicação das principais informações sobre as seleções públicas e contratações diretas para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, contemplando dados sobre o certame e sobre o contrato. Ao passo que a unidade auditada indica localização no *site* diferente de onde a informação é divulgada.

2.8 QUESTÃO 8 - acesso à íntegra dos processos de seleção pública e contratação direta para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, bem como as respectivos contratos e aditivos;

No que diz respeito à disponibilização de acesso à íntegra dos processos de seleção pública e contratação direta para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, bem como os respectivos contratos e aditivos, conforme estabelecido no art. 2º da Lei n. 8.958/1994, a unidade indicou que disponibiliza no endereço eletrônico <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>.

Contudo, assim como destacado na questão anterior, não se verifica o acesso à íntegra dos processos, bem como os respectivos contratos e aditivos.

2.9 QUESTÃO 9 - acesso à íntegra das prestações de contas dos instrumentos contratuais firmados com respaldo na Lei 8.958/1994 (art. 4º-A, V)

Quanto ao acesso à íntegra das prestações de contas dos instrumentos contratuais firmados com respaldo na Lei 8.958/1994 (art. 4º-A, V), contemplando demonstrativos de receitas e despesas, cópia dos documentos fiscais da fundação de apoio, relação de pagamentos discriminando, no caso de pagamentos, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação, conforme estabelece o Decreto n. 7.423/2010, art. 11, §2º, a unidade auditada indicou que a FAIFSul atende ao item conforme *link* <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>.

Dessa forma, visto a resposta ao questionamento indicar o portal da transparência constante do *site* da fundação de apoio, reitera-se a informação de que não dispõe da totalidade dos projetos executados nem atendimento aos itens mencionados no questionamento.

2.10 QUESTÃO 10 - divulgação de informações institucionais e organizacionais que explicitem as regras e condições sobre o seu relacionamento com as instituições apoiadas

A Lei n. 12.527/2011 determina a divulgação do registro da estrutura organizacional (art. 8º, §1, I) e de suas atividades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços (art. 7º, V). Nesse contexto, questionou-se a respeito da divulgação de informações institucionais e organizacionais que explicitem as regras e condições sobre o seu relacionamento com as instituições apoiadas, tais como: a) ata de deliberação do colegiado da instituição apoiada, concordando com o registro e credenciamento (Decreto 7.423/2010, art. 4º, IV); b) norma aprovada pelo colegiado da instituição apoiada que disciplina o relacionamento com a fundação (Decreto 7.423/2010, art. 4º, V); c) portaria de credenciamento (Lei 8.958/1994 art. 2º, III); d) atas dos órgãos da fundação de apoio, comprovando a composição dos órgãos dirigentes da entidade (Decreto 7.423/2010, art. 4º, II); e) demais atas, resoluções, ou deliberações dos órgãos colegiados da fundação (Lei 8.958/1994, art. 2º; Lei 12.527/2011; art. 7º, V); f) normas internas editadas pela fundação (Lei 8.958/1994, art. 2º); g) regras instituídas pela fundação aplicáveis às contratações que não envolvam recursos públicos (Lei 8.958/1994, art. 3º, §3º); h) estatuto social atualizado e aprovado pelo Ministério Público (Decreto 7.724/2012, art. 63, I e §1º). Em resposta, a unidade auditada informou se observa tais elementos e o respectivo *link* de acesso:

- a) sim (<https://site.faifsul.org/index.php/pt/> e <https://site.faifsul.org/index.php/pt/credenciamento>)
- b) sim (<https://site.faifsul.org/index.php/pt/realacionamento?start=5>)
- c) sim (<https://site.faifsul.org/index.php/pt/credenciamento>)
- d) sim, o estatuto (<https://site.faifsul.org/index.php/pt/estatuto>)
- e) somente ata de eleição (<https://site.faifsul.org/index.php/pt/atas-eleicoes>)
- f) não
- g) não
- h) sim (<https://site.faifsul.org/index.php/pt/estatuto>)

Em que pese a resposta da unidade auditada informar da observância a maioria dos itens, bem como indicar o local de divulgação, realizou-se acesso ao sítio eletrônico nos *links* mencionados, onde foram encontrados publicados o regulamento que disciplina o relacionamento com a fundação, datado de 2013; a portaria de credenciamento (Portaria Conjunta n. 18, de 19 de março de 2018), que autoriza o funcionamento da FAIFSul pelo período de cinco anos, versão não

vigente; o estatuto, em versão desatualizada⁵ e a ata 03/2022 (ata de posse dos conselheiros natos para o Conselho Curador da FAIFSul e Eleição da Presidência e Diretoria da FAIFSul para o biênio 2022/2024).

Cabe destacar que, no *link* que remete à aba do *site* denominada credenciamento, consta apenas documentos disponibilizados pelo Grupo de Apoio Técnico, do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (GAT – MEC/MCTI), com vistas a orientar a composição dos processos de Credenciamento, Recredenciamento, Autorização e Renovação da Autorização. Dessa forma, não encontram-se publicadas nesse endereço as documentações, conforme indicado na resposta à SA, correspondentes aos itens a) ata de deliberação do colegiado da instituição apoiada, concordando com o registro e credenciamento e c) portaria de credenciamento.

Ainda, em relação às atas dos órgãos da fundação de apoio, comprovando a composição dos órgãos dirigentes da entidade, foi indicado o estatuto, sendo que, na aba atas de eleição encontra-se publicada a Ata n. 03/2022 (ata de posse dos conselheiros natos para o Conselho Curador da FAIFSul e Eleição da Presidência e Diretoria da FAIFSul para o biênio 2022/2024).

No que se refere à portaria de credenciamento, encontrou-se duas publicações correspondentes a tal documentação, em abas distintas da informada na resposta, estando publicada na aba relacionamento a portaria de credenciamento (Portaria Conjunta n. 18, de 19 de março de 2018, publicada no DOU, seção 1, em 20 de março de 2018), que autoriza o funcionamento da FAIFSul pelo período de cinco anos, versão não vigente e na aba Editais, que direciona ao *site* do IFSul, a portaria Portaria Conjunta⁶ n. 6, de 15 fevereiro de 2023 de recredenciamento da FAIFSul, vigente até o ano de 2028.

Desse modo, não foram localizadas, nos endereços indicados nem em outros locais do sítio eletrônico, a ata de deliberação do colegiado da instituição apoiada, concordando com o registro e o credenciamento; as atas, resoluções ou deliberações dos órgãos colegiados da fundação; normas internas editadas pela fundação, regras instituídas pela fundação aplicáveis às contratações que não envolvam recursos públicos e o estatuto social atualizado e aprovado pelo Ministério Público. Ainda, verifica-se a necessidade de ajuste no local de publicação da portaria de credenciamento, que se encontra publicada junto aos editais de seleção/contratação.

⁵ Disponível no *link* <https://site.faifsul.org/index.php/pt/estatuto>, versão de 2012.

⁶ Portaria Conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

2.11 QUESTÃO 11 - publicação de metas propostas e indicadores de resultado e impacto

Diversas normas sobre transparência mencionam a necessidade de dar publicidade a elementos concernentes a avaliação de resultados: Lei n. 12527/11 (art. 7º, V e VII, ‘a’; art. 8º, §1º, V); Decreto n. 7.724/2012 (art. 7º, §3º, II). Além disso, as peças necessárias para o pedido de renovação do registro de credenciamento (Decreto n. 7.423/2010; art. 5º, §1º, I e II) sujeitam-se ao princípio da publicidade fixado no art. 2º da Lei n. 8.589/94.

Nesse contexto, solicitou-se informar se a fundação de apoio promove a publicação, em seu *site*, das metas propostas e indicadores de resultado e impacto (Lei n.12.527/2011, art. 7º, VII, ‘a’; Decreto 7.724/2012, art. 7º, §3º, II), que permitam avaliar a gestão do conjunto de projetos e não de cada um individualmente (Decreto n. 7.423/2010, art. 5º, §1º, II). Em resposta, a unidade auditada informou que a FAIFSul não realiza tal publicação.

2.12 QUESTÃO 12 - divulgação dos relatórios de gestão anuais

Quanto à divulgação dos relatórios de gestão anuais, consoante ao previsto no Decreto 7.423/2010 art. 5º, §1º, I, a unidade auditada informa que divulga no *link* <https://site.faifsul.org/index.php/pt/relatorios-balancos> tais relatórios. Contudo, em verificação dos documentos publicados no mencionado endereço eletrônico verifica-se que constam alguns documentos relativos aos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Constituindo-se, por sua vez, no ‘Relatório das atividades relativas ao exercício 2018’ para o ano de 2018; para 2019, ‘balanço anual de 2019’, ‘ata de aprovação o Orçamento 2019’, ‘Relatório das atividades relativas ao exercício 2019’ e ‘Relatório PROEDU de 2019’; e para os anos de 2020 e 2021 o ‘Balanço Anual 2020’ e o ‘Balanço Anual 2021’.

Visto que o relatório anual de gestão consiste no relatório físico ou virtual que consolide as atividades e os resultados do trabalho da fundação de apoio no exercício, não constam divulgados os relatórios de gestão anuais dos últimos três exercícios.

2.13 QUESTÃO 13 - disponibilização dos relatórios das avaliações de desempenho

Outra questão de auditoria buscou verificar, conforme prevê o art. 5º, §1º, II do Decreto 7.423/2010 e o art. 2º da Lei n. 8.958/1994, se a fundação de apoio disponibiliza, em seu sítio eletrônico, os relatórios das avaliações de desempenho, exigidas para a instrução do pedido de renovação de registro e credenciamento, baseados em indicadores e parâmetros objetivos,

demonstrando os ganhos de eficiência obtidos na gestão de projetos realizados com a colaboração da fundação, ao que foi respondido que não disponibiliza.

2.14 QUESTÃO 14 - acesso à íntegra das demonstrações contábeis

No que se refere ao acesso à íntegra das demonstrações contábeis, conforme dispõe a Lei n. 8.958/1994, art. 2º, o gestor informa que a Fundação de Apoio ao IFSul publica no *link* <https://site.faifsul.org/index.php/pt/relatorios-balancos> tais demonstrações. Contudo, em verificação dos documentos publicizados no mencionado endereço eletrônico, verificou-se que constam documentos relacionados ao questionado (Balanço Anual) apenas para os anos de 2019, 2020 e 2021. Dessa forma, não se evidencia o atendimento ao ponto em análise, ao passo da necessidade de atualização tempestiva das informações disponibilizadas.

2.15 QUESTÃO 15 - publicação dos relatórios das fiscalizações, auditorias, inspeções e avaliações de desempenho a que se tenha submetido e das avaliações de desempenho a que se submetam;

Solicitou-se informar se a fundação de apoio tem publicado os relatórios das fiscalizações, auditorias, inspeções e avaliações de desempenho a que se tenha submetido e das avaliações de desempenho a que se submetam, em atendimento ao princípio da publicidade e ao que estabelece a Lei 12.527/2011, art. 7º, VII, 'b' e o Decreto 7.423/2010, art. 12, §1º I e II. Em resposta, a unidade auditada informou que a fundação de apoio não dispõe dessas informações publicadas.

2.16 QUESTÃO 16 - criação de sistemática de classificação da informação quanto ao grau e aos prazos de sigilo;

Ainda, fez-se questionamentos quanto à fundação de apoio possuir sistemática de classificação da informação quanto aos graus e aos prazos de sigilo, estabelecida na Lei 12.527/2011, art. 23º, restando indicado que a fundação não observa tal ponto.

2.17 QUESTÃO 17 - designação de responsável por assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação.

Por fim, em consonância com o que dispõe a Lei n. 12.527/2011 em seu art. 40, foi solicitado informar se a fundação de apoio possui responsável designado por assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, ao que foi informado que não possui.

No decorrer da análise das informações prestadas pela unidade auditada, em observância aos normativos vigentes que tratam das fundações de apoio e ao cumprimento das determinações consignadas no Acórdão n. 1.178/2018-TCU-Plenário (item 9.4), evidenciou-se fragilidades tanto por parte da gestão do IFSul quanto ao dever de instruir as fundações de apoio ao IFSul com as quais tenha relacionamento estabelecido a observarem os requisitos relativos à transparência, quanto por parte da FAIFSul, no que se refere à organização e publicação em seu sítio eletrônico desses requisitos de transparência.

Destaca-se que embora a fundação possua sítio eletrônico ativo na Internet, verifica-se fragilidades quanto à divulgação e atualização tempestiva das informações necessárias ao atendimento dos requisitos legais de transparência.

Ainda, cabe destacar que, embora a fundação de apoio tente fazer o uso do que dispõe o art. 7º, §4º do Decreto n. 7.724/2012 ao prever que as informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página da Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais, a mesma deve apresentar em seu *site* informações suficientes para permitir o acesso à informação através desse redirecionamento, devendo possibilitar meios de acesso à informações em linguagem cidadã, evitando que possam ter seu entendimento comprometido por uso de nomenclaturas pouco conhecidas ou termos técnicos. Ao passo que se observa um direcionamento à plataforma geral do Transfere gov.br e assim necessita de conhecimento específicos para acesso às informações dos projetos apoiados pela Fundação de Apoio ao IFSul.

Na continuidade do trabalho, em 15 de dezembro de 2023, foi enviado ao Presidente do Conselho Superior e à Pró-reitora de Extensão e Cultura o Relatório de Auditoria n. 004/2023, versão preliminar, e indicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação do gestor sobre o relatório preliminar, a contar da reunião de busca conjunta de soluções. A referida reunião ocorreu em 18 de dezembro de 2023, onde foi apresentado o RAIP n. 004/2023 e esclarecidos os pontos necessários à manifestação da unidade auditada.

3 ACHADOS DE AUDITORIA

3.1 CONSTATAÇÃO

Inobservância, pela gestão do IFSul, do dever de instruir as fundações de apoio ao IFSul com as quais tenha relacionamento estabelecido a observarem os requisitos relativos à transparência.

3.1.1 Critério

Acórdão n. 1.178/2018-TCU-Plenário

Regulamento sobre a relação do IFSul com a FAIFSul (Resolução CONSUP n.13/2015)

3.1.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023, constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 1

3.1.3 Causa

Inobservância do Regulamento da relação do IFSul com a FAIFSul pelo IFSul, no que se refere ao controle de gestão por parte do Conselho Superior

3.1.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de definição. *(sic)*

3.1.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.1.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que adote mecanismos a fim de instruir as fundações de apoio ao IFSul com as quais tenha relacionamento estabelecido a observarem os requisitos relativos à transparência.

3.2 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de ofertar os seguintes recursos: seção de respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; gravação de relatórios, em diversos formatos eletrônicos e adoção de medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

3.2.1 Critério

Lei n. 12.527/2011, art. 8º, §1º, VI e art. 8º, §3º, III e VII

3.2.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023, constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.1 (itens 2.1.1, 2.1.3 e 2.1.5)

Consulta ao sítio eletrônico⁷ da FAIFSul

3.2.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.2.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.2.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.2.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de ofertar os seguintes recursos: a) seção de respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; b) gravação de relatórios, em diversos formatos eletrônicos e c) adoção de medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

⁷ <https://site.faifsul.org/index.php/pt/>, <https://site.faifsul.org/index.php/pt/busca?searchword=&searchphrase=all> e <https://site.faifsul.org/index.php/pt/contato>, *links* indicados na resposta à SA n. 004/2023, acessados em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.3 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à divulgação dos projetos executados, agentes que participam nesses, dos convênios, contratos e demais ajustes celebrados, dos registros das despesas e das seleções públicas e contratações diretas (licitações e contratos).

3.3.1 Critério

Lei n. 12.527/2011, art. 4º, VI, art. 7º, IV e art. 8º, §3º, I, II, III, IV e VI

Lei n. 12.925/2014, art. 25º, IV

Decreto n. 8.777/2016, art. 3º, V

3.3.2 Evidência

Resposta à SA n. 004/2023, constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.2 (itens 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.4)

Consulta ao sítio eletrônico⁸ da FAIFSul

3.3.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.3.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.3.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

⁸ <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>, *link* indicado na resposta à SA n. 004/2023, acessado em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.3.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à divulgação dos projetos executados, agentes que participam nesses, dos convênios, contratos e demais ajustes celebrados, dos registros das despesas e das seleções públicas e contratações diretas (licitações e contratos).

3.4 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à divulgação de todos os projetos de todas as instituições apoiadas e de forma a permitir o acompanhamento concomitante da execução físico-financeira de cada um.

3.4.1 Critério

Lei n. 12.527/2011, art. 7º, VII, 'a' e art. 8º, §1º, V

Lei n. 8.958/1994, art. 4ºA, II

Decreto n. 7.423/2010, art. 11, §1º

3.4.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.3

Consulta ao sítio eletrônico⁹ da FAIFSul

3.4.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.4.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

⁹ <https://site.faijsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>, *link* indicado na resposta à SA n. 004/2023, acessado em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.4.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.4.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à divulgação de todos os projetos de todas as instituições apoiadas e de forma a permitir o acompanhamento concomitante da execução físico-financeira de cada um.

3.5 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à disponibilização dos registros das despesas realizadas com recursos públicos.

3.5.1 Critério

Acórdão n. 2.731/2008-TCU-Plenário

Lei n. 12.527/2011, art. 8º, §1º e §2º

Lei n. 8.958/1994, art. 4º-A, III e IV

3.5.2 Evidência

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.4

Consulta ao sítio eletrônico¹⁰ da FAIFSul

3.5.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

¹⁰ <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>, *link* indicado na resposta à SA n. 004/2023, acessado em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.5.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.5.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.5.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à disponibilização dos registros das despesas realizadas com recursos públicos.

3.6 CONSTATAÇÃO

A fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de divulgação de informações sobre os agentes participantes dos projetos executados pela fundação de apoio, atendendo os seguintes requisitos: identificação do agente; especificação por projeto e detalhamento de pagamentos recebidos.

3.6.1 Critério

Lei n. 8.958/1994, art. 4º-A, II, III e IV

3.6.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.5
Consulta ao sítio eletrônico¹¹ da FAIFSul

¹¹ <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>, *link* indicado na resposta à SA n. 004/2023, acessado em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.6.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.6.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.6.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.6.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de divulgação de informações sobre os agentes participantes dos projetos executados pela fundação de apoio, atendendo os seguintes requisitos: a) identificação do agente; b) especificação por projeto e c) detalhamento de pagamentos recebidos.

3.7 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de publicação das principais informações sobre as seleções públicas e contratações diretas para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, contemplando dados sobre o certame e sobre o contrato.

3.7.1 Critério

Lei n. 12.527/2011, art. 8º, §1º, IV

3.7.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023, constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.6

Consulta ao sítio eletrônico¹² da FAIFSul

3.7.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.7.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.7.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.7.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de publicação das principais informações sobre as seleções públicas e contratações diretas para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, contemplando dados sobre o certame e sobre o contrato.

3.8 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de acesso à íntegra dos processos de seleção pública e contratação direta para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, bem como os respectivos contratos e aditivos.

3.8.1 Critério

Lei n. 8.958/1994, art. 2º

Decreto n. 8.241/2014, art. 3º

¹² <https://site.faijsul.org/index.php/pt/portal-transparencia> e <https://site.faijsul.org/index.php/pt/>, *links* indicados na resposta à SA n. 004/2023, acessados em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.8.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.7
Consulta ao sítio eletrônico¹³ da FAIFSul

3.8.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.8.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.8.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.8.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de acesso à íntegra dos processos de seleção pública e contratação direta para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, bem como os respectivos contratos e aditivos.

3.9 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à obrigação de acesso à íntegra das prestações de contas dos instrumentos contratuais firmados com respaldo na Lei 8.958/1994 (art. 4º-A, V).

¹³ <https://site.faijsul.org/index.php/pt/portal-transparencia> e <https://site.faijsul.org/index.php/pt/>, *links* indicados na resposta à SA n. 004/2023, acessados em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.9.1 Critério

Lei n. 8.958/1994, art. 4ºA, V

Decreto n. 7.423/2010, art. 11, §2º

3.9.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.8

Consulta ao sítio eletrônico¹⁴ da FAIFSul

3.9.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.9.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.9.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.9.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à obrigação de acesso à íntegra das prestações de contas dos instrumentos contratuais firmados com respaldo na Lei 8.958/1994 (art. 4º-A, V).

3.10 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto

¹⁴ <https://site.faifsul.org/index.php/pt/portal-transparencia>, *link* indicado na resposta à SA n. 004/2023, acessado em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

à obrigação de divulgação de informações institucionais e organizacionais que explicitem as regras e condições sobre o seu relacionamento com as instituições apoiadas, em especial: ata de deliberação do colegiado da instituição apoiada, concordando com o registro e credenciamento; norma aprovada pelo colegiado da instituição apoiada que disciplina o relacionamento com a fundação; portaria de credenciamento; atas dos órgãos da fundação de apoio, comprovando a composição dos órgãos dirigentes da entidade; demais atas, resoluções, ou deliberações dos órgãos colegiados da fundação; normas internas editadas pela fundação; regras instituídas pela fundação aplicáveis às contratações que não envolvam recursos públicos; estatuto social atualizado e aprovado pelo Ministério Público.

3.10.1 Critério

Decreto n. 7.423/2010, art. 4º, II, IV, V

Decreto n. 7.724/2012, art. 63º, I e §1º

Lei n. 8.958/1994, art. 2º; art. 2º, III e art. 3º, §3º

Lei n. 12.527/2011, art. 7º, V

3.10.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023, constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.9

Consulta ao sítio eletrônico¹⁵ da FAIFSul

3.10.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.10.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

¹⁵ <https://site.faifsul.org/index.php/pt/>; <https://site.faifsul.org/index.php/pt/credenciamento>; <https://site.faifsul.org/index.php/pt/realacionamento?start=5>; <https://site.faifsul.org/index.php/pt/estatuto> e <https://site.faifsul.org/index.php/pt/atas-eleicoes>, acessados em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria

3.10.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.10.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à obrigação de divulgação de informações institucionais e organizacionais que explicitem as regras e condições sobre o seu relacionamento com as instituições apoiadas, em especial: a) ata de deliberação do colegiado da instituição apoiada, concordando com o registro e credenciamento; b) norma aprovada pelo colegiado da instituição apoiada que disciplina o relacionamento com a fundação; c) portaria de credenciamento; d) atas dos órgãos da fundação de apoio, comprovando a composição dos órgãos dirigentes da entidade; e) demais atas, resoluções, ou deliberações dos órgãos colegiados da fundação; f) normas internas editadas pela fundação; g) regras instituídas pela fundação aplicáveis às contratações que não envolvam recursos públicos e h) estatuto social atualizado e aprovado pelo Ministério Público.

3.11 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de publicação de metas propostas e indicadores de resultado e impacto, que permitem avaliar a gestão do conjunto de projetos e não de cada um individualmente.

3.11.1 Critério

Lei n. 12.527/10, art. 7º, VII, 'a'

Decreto n. 7.724/2012, art. 7º, §3º, II

Decreto n. 7.423/2010, art. 5º, §1º, II

3.11.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.10

3.11.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.11.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.11.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.11.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de publicação de metas propostas e indicadores de resultado e impacto, que permitem avaliar a gestão do conjunto de projetos e não de cada um individualmente.

3.12 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à obrigação de divulgação dos relatórios de gestão anuais.

3.12.1 Critério

Decreto n. 7.423/2010 art. 5º, § 1º, I

3.12.2 Evidências

Resposta à SA 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.11
Consulta ao sítio eletrônico¹⁶ da FAIFSul

¹⁶ <https://site.faifsul.org/index.php/pt/relatorios-balancos>, *link* indicado na resposta à SA n. 004/2023, acessado em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.12.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.12.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Sim. Atualizado com os relatórios de 2014 a 2022. *Link:*
<https://site.faifsul.org/index.php/pt/relatorios-balancos>. (sic)

3.12.5 Análise da manifestação

Em consulta realizada ao *site* da FAIFSul, em 09/01/2024, no *link* mencionado na manifestação, confirmou-se a atualização de informações referentes à divulgação dos relatórios de gestão anuais. Pelo exposto, acata-se a justificativa, não havendo recomendação a ser feita.

3.13 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet quanto à obrigação de disponibilização dos relatórios das avaliações de desempenho, exigidas para instrução do pedido de renovação de registro e credenciamento, baseadas em indicadores e parâmetros objetivos, demonstrando os ganhos de eficiência obtidos na gestão de projetos realizados com a colaboração da fundação.

3.13.1 Critério

Lei n. 8.958/1994, art. 2º

Decreto n. 7.423/2010 art. 5º, § 1º, II

3.13.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.12

3.13.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.13.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Sim, foi adicionado o relatório de desempenho da FAIFSUL. *Link* de acesso: <https://site.faifsul.org/index.php/pt/credenciamento>. (sic)

3.13.5 Análise da manifestação

Em consulta realizada ao site da FAIFSul, em 09/01/2024, no *link* mencionado na manifestação, confirmou-se a atualização de informações referentes à disponibilização do relatório de avaliação de desempenho. Cabe destacar que, embora o relatório publicado não se constitua em avaliação de desempenho baseada em indicadores e parâmetros objetivos, consiste em elemento de instrução do pedido de renovação de registro e credenciamento. E, tal processo de renovação de registro, foi submetido em 2023 e culminou no recredenciamento da FAIFSul, pelo prazo de 5 anos, formalizado através da Portaria Conjunta (Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) n. 6, de 15 de fevereiro de 2023. Pelo exposto, acata-se a justificativa, não havendo recomendação a ser feita.

3.14 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à obrigação de acesso à íntegra das demonstrações contábeis.

3.14.1 Critério

Lei n. 8.958/1994, art. 2º

3.14.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.13
Consulta ao sítio eletrônico¹⁷ da FAIFSul

3.14.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

¹⁷ <https://site.faifsul.org/index.php/pt/relatorios-balancos>, *link* indicado na resposta à SA n. 004/2023, acessado em dezembro de 2023 conforme registros arquivados nos papéis de trabalho da presente auditoria.

3.14.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Sim, foi atualizado com os balanços de 2014 a 2022.
<https://site.faifsul.org/index.php/pt/relatorios-balancos>. (sic)

3.14.5 Análise da manifestação

Em consulta realizada ao *site* do FAIFSul, em 09/01/2024, no *link* mencionado na manifestação, confirmou-se a atualização de informações referentes à obrigação de acesso à íntegra das demonstrações contábeis. Pelo exposto, acata-se a justificativa, não havendo recomendação a ser feita.

3.15 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à obrigação de publicação dos relatórios das fiscalizações, auditorias, inspeções e avaliações de desempenho a que se tenha submetido e das avaliações de desempenho a que se submetam.

3.15.1 Critério

Lei n. 12.527/2011, art. 7º, VII, 'b'

Decreto n. 7.423/2010, art. 12º, §1º, I e II

3.15.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.14

3.15.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.15.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (sic)

3.15.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.15.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à obrigação de publicação dos relatórios das fiscalizações, auditorias, inspeções e avaliações de desempenho a que se tenha submetido e das avaliações de desempenho a que se submetam.

3.16 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à criação de sistemática de classificação da informação quanto ao grau e aos prazos de sigilo.

3.16.1 Critério

Lei n. 12.527/2011, art. 23º

3.16.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023 constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.15

3.16.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.16.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Ainda não temos, mas está em processo de elaboração. (*sic*)

3.16.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.16.6 Recomendação

Recomenda-se ao Presidente do Conselho Superior que instrua a Fundação de Apoio ao IFSul a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à criação de sistemática de classificação da informação quanto ao grau e aos prazos de sigilo.

3.17 CONSTATAÇÃO

A Fundação de Apoio ao IFSul não observa os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, quanto à designação de responsável por assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação.

3.17.1 Critério

Lei n. 12.527/2011, art. 40º

3.17.2 Evidências

Resposta à SA n. 004/2023, constante do Processo n. 23163.4038.2023-99, questão 2.16

3.17.3 Causa

Fragilidade na transparência e no acesso às informações no *site* da FAIFSul

3.17.4 Manifestação do gestor

O gestor encaminhou a seguinte manifestação:

Sim, o responsável por isso é o Assistente Administrativo da FAIFSUL, Gabriel Aguiar Mascarenhas. (*sic*)

3.17.5 Análise da manifestação

O gestor informa, na manifestação quanto ao Relatório Preliminar, da designação de responsável por assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação. Pelo exposto, acata-se a justificativa, não havendo recomendação a ser feita.

4 FECHO

O presente trabalho de auditoria voltou-se a avaliar o cumprimento, pela FAIFSul, dos requisitos relativos à transparência na relação com o IFSul, assim como a gestão do IFSul em relação ao cumprimento desses requisitos pela Fundação.

Por meio da avaliação de conformidade, buscou-se verificar a adequada aderência da Fundação de Apoio ao IFSul (FAIFSul) aos normativos e legislação relacionados à matéria. Registra-se que a FAIFSul se submete ao controle de gestão do órgão colegiado superior do IFSul.

Das análises realizadas, evidencia-se fragilidades apresentadas por meio das constatações exaradas no Relatório, as quais carecem de observação e atenção por parte do Conselho Superior do IFSul, uma vez que a relação entre o IFSul e sua fundação de apoio, envolve a transferência e execução de recursos públicos.

Dessa forma, verifica-se a necessidade da atuação efetiva no sentido de instruir a fundação de apoio a observar os requisitos relativos à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações em seu sítio na Internet, principalmente quanto: à oferta dos recursos de seção de respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; à gravação de relatórios e adoção de medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência; à divulgação dos projetos executados, agentes que participam nesses, dos convênios, contratos e demais ajustes celebrados, dos registros das despesas e das seleções públicas e contratações diretas (licitações e contratos); à divulgação de todos os projetos de todas as instituições apoiadas e de forma a permitir o acompanhamento concomitante da execução físico-financeira de cada um; à disponibilização dos registros das despesas realizadas com recursos públicos; divulgação de informações sobre os agentes participantes dos projetos executados pela fundação de apoio, contendo a identificação do agente, a especificação por projeto e o detalhamento de pagamentos recebidos; à publicação das principais informações sobre as seleções públicas e contratações diretas para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, contemplando dados sobre o certame e sobre o contrato; ao acesso à íntegra dos processos de seleção pública e contratação direta para aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, bem como os respectivos contratos e aditivos; ao acesso à íntegra das prestações de contas dos instrumentos contratuais firmados com respaldo na Lei 8.958/1994 (art. 4º-A, V); à divulgação de informações institucionais e organizacionais que explicitem as regras e condições sobre o seu relacionamento com as instituições apoiadas; à publicação de metas propostas e indicadores de resultado e impacto, que permitem avaliar a gestão do conjunto de projetos e não de cada um individualmente; à publicação dos relatórios das fiscalizações, auditorias, inspeções e avaliações

de desempenho a que se tenha submetido e das avaliações de desempenho a que se submetam; e à criação de sistemática de classificação da informação quanto ao grau e aos prazos de sigilo.

As recomendações presentes neste Relatório pretendem, portanto, servir de instrumento para trazer melhorias relacionadas à transparência, no que se refere às exigências relacionadas à divulgação de informações no sítio na Internet da FAIFSul.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Relatório de Auditoria para que o gestor tome ciência das recomendações, salientando que seu não cumprimento implica na aceitação dos riscos. A implementação dessas recomendações será, no futuro, objeto de avaliação por esta Unidade de Auditoria Interna Governamental.

Pelotas, 18 de janeiro de 2024

GLAUCIA SALVADOR PEREIRA PRESTES,
Auditora

De acordo.

HENRIQUE ZIGLIA MAIA,
Auditor Geral